

Jornalismo, decolonialidade e ativismo digital: um estudo sobre o *Nós, mulheres da periferia*

Mozahir Salomão Bruck
Sebastião Avelar Brito

Resumo:

Este artigo propõe uma discussão sobre o jornalismo a partir de uma aproximação deste com a lógica decolonial e o ativismo social. Nesse sentido, busca promover reflexões sobre os limites do jornalismo, problematizando a epistemologia positivista, em termos da abordagem da diversidade social contemporânea. Para desenvolver este estudo exploratório, analisamos depoimentos publicados no site do coletivo *Nós, mulheres da periferia*. Com base nessa análise, consideramos que o coletivo, ao tentar se aproximar e inspirar-se em uma comunicação decolonial, prioriza a busca da humanização das mulheres pretas e periféricas de São Paulo, por meio das narrativas delas mesmas.

Palavras-chave: Jornalismo. Decolonialidade. Ativismo Social.

Journalism, decoloniality and digital activism: a study on *Nós, mulheres da periferia*

Abstract:

This article proposes a discussion about journalism based on its approximation to decolonial logic and social activism. In this sense, it seeks to promote reflections on the limits of journalism, problematizing the positivist epistemology, in terms of its approach to contemporary social diversity. To develop this exploratory study, we analyzed testimonials published on the website of the collective *Nós, Mulheres da Periferia*. Based on this analysis, we believe that the collective, when trying to approach and be inspired by decolonial communication, prioritizes the search for the humanization of black and peripheral women in São Paulo through their own narratives

Keywords: Journalism. Decoloniality. Social Activism.

Recebido em: 30.12.22
Aprovado em: 28.08.23

Mozahir Salomão Bruck

Jornalista, professor de Jornalismo e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas.

E-mail: mozahir@uol.com.br

Sebastião Avelar Brito

Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Puc Minas. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (FIC) e integrante do Grupo de Pesquisa Mídia e Memória (PUC Minas).

E-mail: sebah.avelar@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 20, n. 1, mar./jul. 2023.
ISSNe 1984-6924

Introdução

Historicamente, o jornalismo, como campo de conhecimento e ator social, tem sido alvo de desconfiças e críticas em termos do efetivo cumprimento das expectativas que dele se tem nas sociedades democráticas. Entre as muitas críticas que se faz ao jornalismo, uma delas, essencialmente, se destaca na atualidade. Refere-se aos limites da atividade em lidar com as alteridades e diversidades da vida social. Algo que, notadamente, pode ser observado em termos de quanto e como as representações sociais disseminadas pelo jornalismo parecem emergir aquém da complexa e plural realidade em que vivemos, denotando flagrante dificuldade de incluir, em especial, grupos excluídos e subalternizados.

Tal problematização, no atual contexto sociocultural, atendo-nos à chamada mídia jornalística hegemônica, põe em xeque uma epistemologia positivista do jornalismo, colocando em questão os padrões e parâmetros de representações sociais prevalentes, em termos de suas escolhas de pautas e seus respectivos modos de abordagem desses mesmos temas. Ao mesmo tempo, para além dessa mídia hegemônica, parecem emergir e se fortalecerem, no espectro do jornalismo, novos formatos e arranjos jornalísticos que buscam aproximá-lo de práticas ativistas e demarcadoras de posicionamentos, que o distanciam dos anteriores paradigmas e valores como objetividade, imparcialidade, neutralidade etc.

No intuito de promover a discussão sobre tais questões, este estudo propõe-se a identificar aspectos do coletivo *Nós, mulheres da periferia* que demonstram o perfil ativista de sua atuação em relação à representação social e midiática da mulher negra como subalterna. Nesse sentido, este artigo também se abre para pensar o jornalismo brasileiro a partir de possíveis aproximações à lógica decolonial e ao ativismo digital.

Para desenvolver este estudo, analisamos quatro relatos de mulheres negras e periféricas postados pelo *Nós*. Atemo-nos aos testemunhos publicados na seção *Nossas Vozes*, em que as autoras recordam e apresentam experiências significativas de suas vidas. Inicialmente, abordamos a influência positivista sobre o jornalismo brasileiro e não apenas a sua crença na possibilidade da obtenção de uma *verdade*, mas também de fielmente relatá-la. Esta parte também faz referência às propostas da comunicação decolonial. O tópico seguinte traz uma reflexão sobre o jornalismo de perfil ativista e a perspectiva decolonial. Em seguida, abordamos o entrelaçamento entre jornalismo, memória e testemunho. Um caminho possível para que o jornalismo explore uma dimensão mais subjetiva da realidade social. Depois, descrevemos o nosso objeto empírico, o *Nós, mulheres da periferia*, apresentamos nossa análise e as considerações finais.

Perspectiva decolonial?

Em seu percurso e construção histórico-cultural, o jornalismo brasileiro deve ser percebido a partir da forte influência dos pensamentos comunicacionais exercidos pelos Estados Unidos da América e da Europa. Embrenhamo-nos, por assim dizer, em uma perspectiva epistemológica de base positivista (VEIGA DA SILVA; MORAES, 2019). Nesse sentido, assumiu-se um discurso de racionalidade e de objetividade, visando “garantir” a eficiência de seus métodos e discursos e, assim, “ganhar o reconhecimento da sociedade, não mais como um discurso de impressões e opiniões do jornalista sobre o cotidiano, mas como um discurso 'objetivo', 'neutro' [e universal]” (MAROCCO, 2011, p. 118).

Marocco e Veiga da Silva (2017) argumentam que o pensamento positivista segue uma lógica binária: sujeito/objeto, objetividade/subjetividade, razão/emoção etc. Segundo elas, a razão e a objetividade são consideradas categorias masculinas

enquanto a subjetividade se refere ao feminino. Ao considerarem o cientificismo inserido numa hierarquia social, que historicamente privilegia o masculino, Moraes e Veiga da Silva (2019) acreditam que a subjetividade é desvalorizada por estar relacionada ao feminino. As pesquisadoras afirmam que a negação da subjetividade compromete o fazer jornalístico e sua abordagem da realidade social.

Para Moraes e Veiga da Silva (2019), a prática jornalística deve priorizar a superação de representações sociais incapazes de lidar com a complexidade e diversidade da sociedade contemporânea. Uma ruptura epistemológica com o pensamento positivista necessária para perceber a humanidade dos sujeitos sociais e dos profissionais, contribuindo “para uma melhor leitura da realidade e encontro com as alteridades” (VEIGA DA SILVA; MORAES, 2019, p. 19).

Apontamentos de Villanueva (2018; 2020) podem contribuir nesse sentido. A reação à dependência latino-americana dos pensamentos comunicacionais estadunidense e europeu é abordada por ele a partir do Giro Decolonial¹. Para o autor peruano, é por meio das colonialidades do poder², saber e ser³ que a produção de conhecimento dessas outras localidades consegue se impor na América Latina. Soma-se a isso, o potente discurso da versão eurocêntrica da modernidade, que preconiza a Europa como o “centro do mundo” e os demais países como a *periferia*.

Dentro desse quadro, a comunicação é conceituada como o processo tecnologicamente mediado de transmissão de conteúdo informativo que cumpre funções de controle social por meio da obtenção de certos efeitos em receptores massivos e passivos. A comunicação fica, assim, reduzida a um recurso que pode ser utilizado pelo sujeito emissor, que se coloca acima e à distância de seus destinatários, que acabam sendo objetivados, ainda que possam ser reconhecidos como dotados de certa capacidade de discernimento [...] (VILLANUEVA, 2018, p. 76, tradução nossa)⁴.

O pesquisador defende a perspectiva decolonial como fundamental para a construção de um pensamento comunicacional verdadeiramente latino-americano. Villanueva (2020) não prioriza uma total ruptura com o conhecimento já produzido nos Estados Unidos e Europa. Ele sugere a adequação desses estudos ao contexto latino-americano, maior valorização e independência teórico-metodológica dos estudos produzidos pelos países latinos. Nas palavras dele, o que nos falta é um entendimento da comunicação “mais humano, social, comunitário, inclusivo, e democratizante que o “paradigma dominante” (VILLANUEVA, 2020, p. 266, tradução nossa).

Para o autor, a desumanização dos nativos colonizados na América e negros escravizados trazidos para o nosso continente passa, entre outras questões, pelo silenciamento e apagamento da cultura desses grupos. Segundo ele, essa não-comunicação contribuiu para levar os povos dominados à condição de subalternidade. Villanueva (2018) explica que a não-comunicação implica no desconhecimento e objetificação do outro.

No entanto, pensar uma comunicação decolonial centrada na condição das mulheres pretas e periféricas, que é o caso deste estudo exploratório, exige atenção a questões sobre gênero e “raça”. Na perspectiva decolonial, “raça” é um dos principais instrumentos da dominação europeia. A ideia de “raça”, de acordo com a visão eurocêntrica, delimitava a diferença básica entre colonizadores e colonizados. Desse modo, as relações de superioridade e inferioridade são organizadas e naturalizadas a partir da “raça”, que se transformou numa espécie de classificação social. Para Lugones (2020), a questão vai além: foi imposta uma hierarquia entre humano e não humano em que os povos da América Latina foram classificados como animais selvagens e “incontrolavelmente sexuais”. (LUGONES, 2020, p. 426). Segundo a pesquisadora, se o homem colonizado era inferiorizado, a mulher foi alvo de atrocidades ainda maiores. “[...] o pecado e a divisão maniqueísta [cris-tã] entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como malig-

¹ Isto é, sem considerar o comum como um mundo à parte e que não leva em conta a concretude e as contradições da vida social no capitalismo.

² A noção de colonialidade do poder foi desenvolvida por Aníbal Quijano (2000), sendo um dos pilares teóricos do pensamento decolonial. Ela tenta compreender historicamente como se deu a ascensão europeia nas esferas econômica, política e cultural, denunciar as opressões sobre os povos colonizados e como, mesmo após o “fim” do período colonial, ainda hoje persistem formas coloniais de dominação.

³ O Grupo Modernidade/Colonialidade ampliou a noção de colonialidade para outros âmbitos, como saber e ser. Desse modo, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/ intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas.

⁴ Tradução nossa para: “*En ese marco, la comunicación se conceptúa como el proceso de transmisión de contenidos informativos tecnológicamente mediado que cumple funciones de control social a través del logro de determinados efectos en receptores masivos y pasivos. La comunicación resulta, así, reducida a un recurso aprovechable por el sujeto que emite, quien se sitúa por encima y a distancia de sus destinatarios, los cuales terminan objetualizados pese a que se les pueda llegar a reconocer cierta capacidad para discernir [...]”* (VILLANUEVA, 2018, p. 76).

na, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás.” (LUGONES, 2020, p. 429).

A autora explica que “raça” e gênero são indissociáveis e fruto de uma imposição colonial. Para ela, essas categorias partem de um princípio homogeneizador e selecionam em cada grupo um dominante. Assim, a categoria homem refere-se a “machos burgueses brancos heterossexuais”, mulher a “fêmeas burguesas brancas heterossexuais” e negro seleciona “os machos heterossexuais negros”.

Na avaliação da pesquisadora, a noção de colonialidade do poder é limitada, especificamente neste ponto, pois, ao desenvolvê-la, Aníbal Quijano (2000):

aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero. Seu quadro de análise – capitalista, eurocêntrico e global – mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas de poder. Conseguimos perceber como é opressor o caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais quando desmistificamos as pressuposições de tal quadro analítico. (LUGONES, 2019, p. 61).

Assim como outros pensadores/as, Lugones (2020) e Curiel (2019) sustentam que, mesmo após o fim do colonialismo, a colonialidade persiste nos dias de hoje, impactando negativamente as populações negras. Como acentua Curiel (2019), na verdade, o que ocorreu foi uma transição do colonialismo para a colonialidade global.

A partir daí, cria-se uma grande narrativa universal na qual a Europa e os Estados Unidos são, simultaneamente, o centro geográfico e a culminação do movimento temporal do saber, onde se subvaloriza, ignora, exclui, silencia e invisibiliza conhecimentos de populações subalternizadas. (CURIEL, 2019, p. 149).

Uma dimensão ativista

Uma possibilidade para se pensar o ativismo no jornalismo é por meio dos coletivos jornalísticos, definidos por Martins (2022) “como grupos heterogêneos e horizontais, que praticam jornalismo de nicho e/ou investigativo, que se amparam em redes de apoio, promovem ações [e] produzem narrativas contra hegemônicas [...]”. (MARTINS, 2022, p. 95).

Martins (2022) estrutura sua argumentação aproximando os coletivos jornalísticos de movimentos sociais em rede. Essas estruturas digitais e, em alguns casos, plataformizadas, buscariam conquistar a confiança do seu público e estimular o seu engajamento nas temáticas pautadas.

Castells (2017) entende que a indignação é um dos sentimentos que impulsiona os movimentos sociais em rede. As pessoas se organizam para questionar e reivindicar mudanças, pois elas não se sentem representadas pelas instituições. Por outro lado, sustenta o autor, os movimentos sociais também são impulsionados pela esperança em mudar o *status quo*.

A proposta de Martins (2022) de aproximação entre movimentos sociais em rede e jornalismo considera, entre outras coisas, uma abordagem decolonial de coletivos jornalísticos. A socióloga Curiel (2019) explica que:

As propostas decoloniais, em suas diferentes expressões, oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade histórica e política de nossas sociedades. Partindo de paradigmas não dominantes que mostram a relação entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, elas questionam as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuraram as hierarquias sociais. (CURIEL, 2019, p. 141).

A partir desses preceitos, entendemos que se abre um caminho para refletir sobre a concepção positivista do jornalismo e como o jornalismo de perfil ativista pode contribuir para a crítica em relação ao pensamento eurocêntrico. Assim,

adotamos a perspectiva de Martins (2022) ao afirmar que as *narrativas jornalísticas ativistas* estimulam:

[...] a cultura participativa e a autonomia do público: pela perspectiva de um usuário ativo, que tome decisões e faça intervenções para a história avançar, engajando-se em causas e lutas sociais sobre as quais tenha afinidades. São narrativas que conduzem à disputa de poder, resistência e ativismo. (MARTINS, 2022, p. 104).

Tal perspectiva indica, por si e em si, deslocamentos não apenas de natureza conceitual, mas também dos modos de compreensão de como o jornalismo se insere na sociedade contemporânea, estabelecendo ele mesmo o jornalismo, possibilidades outras em termos de seus papéis, seus fazeres, suas utilidades e possibilidades em termos de autorização social.

Contudo, tratando-se da condição da mulher preta, faz-se necessário, também, inserir nesta discussão preceitos do chamado feminismo decolonial. Ao seguir os postulados da decolonialidade, esta perspectiva se mostra crítica aos primórdios dos estudos feministas, quando as preocupações eram centradas na mulher branca. Dessa forma, abre-se espaço para que as mulheres que não se enquadram no perfil do feminismo hegemônico revelem e reflitam sobre a sua condição de vida. Problematiza-se algumas categorias do feminismo hegemônico, que, para Curiel (2019), desconsidera as “experiências de mulheres afetadas pelo racismo, o classismo, a heterossexualidade e a geopolítica”. (CURIEL, 2019, p. 151). A antropóloga afro-dominicana, assim como Lugones (2020), sustenta que as categorias “raça” e gênero são constitutivas da episteme moderna, sendo produzidas de maneira imbricada pelas opressões do padrão de poder imposto a partir da modernidade. (CURIEL, 2019).

O desengajamento epistemológico exige que façamos o que chamo de antropologia da dominação: desvendar as formas, maneiras, estratégias, discursos que definem certos grupos sociais como “outros” e “outras”, a partir de certos lugares de poder e dominação. (CURIEL, 2019, p. 158).

Nesse ponto, o feminismo decolonial se opõe à colonialidade do saber, que transforma o *outro*, que representa a diferença colonial, em objeto de estudo, à visão de mundo eurocêntrica. Trata-se de reconhecer as vivências e as reflexões sobre a realidade de povos e grupos sociais subalternos, como as mulheres pretas e periféricas, como forma de explicar o mundo.

Jornalismo e memória

Pensar as relações entre jornalismo e memória mostra-se uma chave relevante para abordagens de uma perspectiva decolonial, entendendo-as como um caminho possível para que o jornalismo explore uma dimensão mais subjetiva da realidade social e de sua própria prática na medida em que considere elementos como os afetos, histórias de vida e ressignificação do passado. Por outro lado, articular jornalismo e memória nos remete, de modo potente, a questões sobre temporalidade e narrativa.

Barbosa (2017) considera a narrativa mais que um gênero ou um ato de contar uma história. Para a autora, referenciando-se em Paul Ricoeur, “narrar é uma forma de estar no mundo, visualizá-lo, produzir interpretações, [...] que por sua vez se transformarão em novas interpretações e em outros atos narrativos” (BARBOSA, 2017, p. 19).

Jelin (2002) defende que, por meio de *memórias narrativas*, grupos sociais reconstróem o passado de maneira coerente e comunicável. A autora direciona o nosso olhar para o processo de construção social das *memórias narrativas*, que

envolve questões relacionadas ao que preservar do vivido. Por outro lado, tais narrativas se mostram relevantes na ordenação do mundo na medida em que viabilizam a circulação de saberes e representações sociais.

A socióloga argentina afirma que tomar a memória como narrativa social volta nossa atenção para o “estudo das propriedades do narrador” e dos “processos de construção do reconhecimento legítimo, socialmente concedido pelo grupo ao qual se dirige” (JELIN, 2002, p. 35, tradução nossa)⁵. Dependendo das circunstâncias, lembranças são reforçadas e outras esquecidas para se dar ênfase a determinado aspecto. Sendo assim, a memória também pode ser apreendida como, n^o presente, enquadrados o que nos antecedeu.

Tanto a narrativa jornalística quanto as memórias narrativas têm no testemunho recurso essencial que objetiva atestar uma verdade. Ao considerar o testemunho como um ato de linguagem, Pierron (2010) ressalta a sua dimensão performativa em que dizer é fazer. Nesse sentido, o “testemunho sugere uma posição do sujeito que fala pensado como sujeito que age, como mantendo a palavra” e “o manter a palavra é sustentado por uma ética da promessa” (PIERRON, 2010, P. 34). Como explica o autor, o testemunho é mais que relatar o vivido; significa um conceber.

Nessa perspectiva, os testemunhos publicados pelo Nós foram apreendidos por este estudo exploratório como um ato de revelação. Um momento em que as autoras atestam sua verdade e partilham experiências significativas para a sua trajetória de vida e da própria comunidade que fazem parte. E o fazem de uma maneira própria, valendo-se de suas subjetividades.

Nós, mulheres da periferia

Criado em 2014, o *Nós, mulheres da periferia* é formado por jornalistas negras residentes em comunidades periféricas de São Paulo. Na versão atual, o portal⁶ traz as seguintes seções: *Análise, Comportamento, Contexto, Histórias e Stories*. No portal do coletivo, são publicados conteúdos diversificados, mas sempre voltados para questões de interesse de grupos subalternizados. Os temas variam entre cultura, educação, saúde e as desigualdades de gênero e “raça”. Alguns conteúdos são de caráter mais informativo e outros mais opinativo. Também há espaço para o entretenimento. Contudo, o coletivo procura manter um olhar crítico, levantando questões relevantes e atuais a cada assunto abordado.

Para Lago, Gonçalves e Kazan (2019), o coletivo é uma forma de sobrevivência na medida em que questiona a representação das mulheres negras reproduzida pela mídia e sociedade. “Desse modo, escrever expressa o anseio de falar, de elaborar o caos da vida, de exercer uma autoria, de quem sabe vocalizar sua existência, não ser mais um ruído urbano”. (LAGO; GONÇALVES; KAZAN, 2019, p. 15).

Desde a sua fundação, o coletivo adotou a prática de compartilhar testemunhos de mulheres negras periféricas. Aliás, vale ressaltar que o coletivo estimulava, junto às leitoras, o envio dos relatos⁷. São textos em primeira pessoa que oferecem uma dimensão sobre como é ser mulher preta na periferia. Assim, os testemunhos trazem consigo uma carga de subjetividade, algo que, como citado antes, é muitas vezes negligenciado pelo jornalismo tradicional. Nesse sentido, os relatos reforçam laços geracionais, acontecimentos e personagens marcantes nas vidas de cada uma das autoras. Os testemunhos, ainda, revelam a condição social das mulheres pretas e a percepção delas em relação a tal condição.

A linha editorial do *Nós, mulheres da periferia* indica com clareza a sua forma de atuação:

O *Nós, mulheres da periferia* é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal. (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, 2014).

⁵ Tradução nossa para: “el estudio de las propiedades de quien narra” [...] “procesos de construcción del reconocimiento legítimo, otorgado socialmente por el grupo al cual se dirige”. (JELIN, 2002, p. 35).

⁶ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>

⁷ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes-em-vie-seu-artigo-poema-opiniao-para-o-nos/>

Já o Manifesto⁸ do grupo assinala que “em uma sociedade pautada pelo padrão da heteronormatividade – onde homens brancos cis e héteros são detentores do poder – nascer e tornar-se mulher é estar inevitavelmente à margem”. (MANIFESTO, 2021). No documento, a ideia de periferia adquire bastante relevância. No documento, a ideia de periferia é ressignificada e passa a representar enfrentamento, resistência e consciência. “Periferia é muito mais que geografia. É subjetividade, identidade, sentimento, memória afetiva. Periferia são narrativas contra a História única. Nossas vidas importam e cada trajetória é singular.” (MANIFESTO, 2021).

Revelando o Nós

Para este estudo exploratório, selecionamos quatro testemunhos publicados na seção *Nossas Vozes do Nós, mulheres da periferia*. Os relatos compõem o *corpus* de nossa de pesquisa anterior⁹. Assim, os testemunhos escolhidos para este artigo foram submetidos à Análise de Conteúdo temática¹⁰.

Entre 2014 e 2022, a seção *Nossas Vozes* publicou 95 textos. Desse total, de acordo com os objetivos de nossa dissertação, construímos um corpus analítico formado por 17 testemunhos de mulheres pretas da periferia de São Paulo, que consideramos como unidades de análise. Definimos três categorias em consonância com o problema e objetivos deste artigo: discurso de afirmação decolonial; registros de colonialidade e inscrições da memória. Com a primeira categoria, buscou-se identificar, nos relatos do coletivo, posturas críticas em relação à condição subalterna imposta às mulheres negras. A segunda categoria contribuiu para verificar a presença de aspectos relacionados à colonialidade, que persistem, ainda hoje, na rotina das mulheres negras e periféricas. Por último, por meio da categoria inscrições da memória, buscou-se identificar a socialização de saberes e acontecimentos significativos que indicavam a subalternidade e resistência.

Os testemunhos selecionados para análise neste artigo são:

Sobre tornar-se negra. 2016. Autora: Géssica Borges.
Disponível em: <https://bit.ly/3PV8mpC>

“Quando me tornei negra”. 2014. Autora: Lívia Lima.
Disponível em: <https://bit.ly/3TCIfuX>

“Ser negra dentro da universidade é fazer o dobro para ser reconhecida”. 2017. Autora: Juliete Vitorino.
Disponível em: <https://bit.ly/3R17Fa7>

Racismo institucional: trajetória de uma trabalhadora negra. 2021. Autora: Flávia Ribeiro.
Disponível em: <https://bit.ly/3CNRUEJ>

Em “Sobre tornar-se negra”, Géssica Borges (2016) nos conta sobre seu processo de autodescoberta como mulher preta. A publicitária e moradora do bairro Lago Azul, no extremo Sul de São Paulo, diz que sempre foi considerada uma pessoa forte e inteligente, com boa bagagem cultural. Até então, como afirma, tudo bem! Isso muda, quando ela se percebe uma mulher preta.

Um processo bastante doloroso e, também, confuso. Antes estava no tronco com roupa, agora estou pelada. Enxergo a minha cor sem forro, e tenho orgulho dela, mas o chicote dói mais. E a dor, às vezes, paralisa, o que, por sua vez, gera mais angústia, e aí está formado o círculo de culpabilização de um negr@ em processo de descobrimento [...] (GÉSSICA, 2016).

A publicitária passou a se sentir como outras pessoas negras, em condição de subalternidade. Como no caso das mulheres pretas, ressaltado pela publicitária, em que são relacionadas apenas para o serviço doméstico. Para Géssica (2016), a

⁸ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>

⁹ Dissertação *Memória, Decolonialidade e Resistência: um estudo sobre o Nós, mulheres da periferia* foi defendida e aprovada, no segundo semestre de 2022, pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC Minas.

¹⁰ De maneira geral, esta técnica busca identificar ocorrências e repetições de temas nas unidades de análise. Bardin (2016) diz que uma análise temática identifica os “núcleos de sentido” no conteúdo investigado. “Sob a aparente desordem temática, trata-se de procurar a estruturação específica, a dinâmica pessoal, que, por detrás da torrente de palavras, rege o processo mental do entrevistado”. (BARDIN, 2016, p. 96).

complexidade desse processo lhe dava a sensação de impotência. “Nesse caso, a afirmação da identidade negra e a consciência de questões relevantes como o machismo são, ao mesmo tempo, a luz e a sombra do caminho. Ora impulsiona pela ótica da resistência, ora retarda pela lógica da opressão.” (GÉSSICA, 2016).

A publicitária se vê como exceção à medida que, como diz, cresce profissionalmente. No entanto, isso parece tornar as coisas mais difíceis. Como explica, “numa sociedade em que a ascensão social está diretamente ligada à clareza da pele, quanto mais eu cresço (econômica e intelectualmente) menos estou ‘entre os meus’.” (GÉSSICA, 2016).

Géssica diz que é exaustivo ter de lidar com o “peso da cor da pele”, sinalizando, segundo ela, compreender melhor por que mulheres pretas e homens pretos “tentam se livrar da negritude”. A publicitária afirma ter demorado a perceber isso, pois não se reconhecia como mulher preta. No entanto, após esse processo de autodescoberta, ela reafirma o valor e a humanidade da mulher preta “não por complexo de inferioridade, mas por justiça, por igualdade efetiva frente à máscara branca, cis gênero, machista e de preconceito religioso que chamam de #somostodosiguais.” (GÉSSICA, 2016).

Em certa medida, assim como o testemunho de Géssica, o relato de Lívia Lima (2014) gira em torno de um processo de autoaceitação. A jornalista do *Nós*, moradora de Artur Alvim, Zona Leste de São Paulo, lembra que, ainda recém-nascida, era chamada por parentes e vizinhos de “quase loira”, de “menina bonita, branquinha”. Cresceu, como ela deixa a entender, ouvindo coisas desse tipo. “Eu fui uma criança racista. Quando era bem pequena, dizia que não gostava da cor da minha mãe, segundo ela. Dizia que minha irmã, mais escura que eu na época, devia ser filha da mulher negra que morava na rua” (Lima, 2014).

A jornalista conta que detestava o seu cabelo, que tentou de tudo para “domesticá-lo”. Na adolescência, ela mantinha seu cabelo preso e afirma que sofria com as piadas dos colegas da escola. Tantos procedimentos, lembra a jornalista, resultaram na queda de parte de seu cabelo. “Por que Deus não me deu um cabelo liso?”. (LÍVIA, 2014).

Com o tempo, Lívia (2014) diz que superou as questões relacionadas ao seu cabelo e a pressão por um determinado padrão estético. “Isso não aconteceu por acaso, nem de um dia para o outro, mas é possível definir que há um ano eu assumi essa identidade.” (LÍVIA, 2014). Ela passou a deixar o seu cabelo natural e se achar uma bela mulher. “Isso mudou totalmente minha relação com meu cabelo e com minha cor. Assumo minha negritude no corpo e na causa.” (LÍVIA, 2014). O testemunho de Lívia (2014), que, em um primeiro momento, pode parecer simples, ajuda a desconstruir uma lógica de beleza eurocêntrica branca. Discursivamente, com um testemunho travestido de superação, anuncia uma ruptura, em certa medida e ao seu modo, com um processo histórico de dominação.

Diferente de Lívia (2014), a bióloga e mestre em biosistemas, Juliete Vitorino (2018), afirma que sempre se reconheceu como uma mulher preta e periférica. E, por isso mesmo, diz a moradora do Itaim Paulista, Zona Leste de São Paulo, nunca sentiu a necessidade de refletir sobre tal questão. Até o momento em que ingressou na graduação.

[...] foi meu primeiro e grande choque perceber que pessoas como eu não ocupavam aqueles espaços nem pra estudar, nem pra lecionar. A maioria das pessoas como eu estavam ali apenas para servir. Era um misto de constrangimento e não pertencimento, no início eu tentei interagir, mas depois me fechei em um casulo, onde eu me sentia mais segura. (JULIETE, 2018).

Uma das alternativas de Juliete (2018) foi evitar as festas universitárias onde, como diz, o racismo era tão forte e ao mesmo tempo sutil que ela não conseguia conversar com ninguém sobre o assunto.

Não ter com quem compartilhar suas dores no exato momento que ela ocorre é um direito que somente nós, negros, o temos negado, pois racismo é tão sutil que, às vezes, é preciso você já ter passado por determinada situação para saber que estão sendo racista com você de novo. (JULIETE, 2018).

Apesar da situação desgastante mentalmente, ela concluiu a graduação e depois ingressou no mestrado. Era sua meta de vida. Desta vez, Juliete (2018) relata que não estava sozinha. Havia um coletivo formado por negros, o que foi um alívio para ela. Mesmo assim, a mestre em biosistemas lembra que alguns professores duvidaram de sua capacidade e até tentaram desvalorizar a sua conquista em cursar uma pós-graduação, dizendo que qualquer pessoa faz mestrado ou doutorado. Nesse ambiente hostil, Juliete (2018) diz que estar ali tornou-se menos prazeroso.

Por outro lado, ela também se fortaleceu. Mesmo numa condição de subalternidade, que lhe trouxe sofrimento, resistiu e lutou para se tornar mestre.

[...] eu percebo cada vez mais o quanto o racismo é cruel, mas eu também percebo o quanto nós, pessoas negras, somos incríveis. Porque mesmo com todas as adversidades, aos poucos, nós temos chegado lá e abrindo [sic] caminhos para que cada vez mais outros de nós chegue e cada vez mais nos sintamos pertencentes a esses espaços.” (JULIETE, 2018).

Flávia Ribeiro (2021) identifica-se como mulher, mãe, periférica, trabalhadora e negra. Seu relato é marcado por emoções, decepções e resistência. Ela afirma que o racismo estrutural prejudica as pessoas negras na parte profissional e emocionalmente; que o racismo nas instituições dita as regras de como os negros/as “devem” se comportar e qual o seu lugar. A servidora pública se mostra indignada pelas práticas de silenciamento das pessoas negras, quando estas buscam debater tal condição ou reivindicar um tratamento justo.

A quebra do silêncio por muitas vezes responsabiliza o indivíduo que vive as expressões racistas nestas Instituições, sendo interpretado pelo grupo, como injusto, problemático, invejoso, ou atrevido em desmoralizar os colegas e as Instituições empregadoras. (FLÁVIA, 2021).

Mostrando-se bem informada, ela apresenta dados sobre os negros/as no mercado de trabalho e conclui que estas pessoas estão em desvantagem em relação aos brancos. E completa: “a mulher negra segue sendo a última da fila depois de ninguém. Elas simplesmente não existem [...]”. (FLÁVIA, 2021).

Como servidora pública desde 2008, Flávia (2021) revela ter enfrentado situações constrangedoras. Segundo conta, a empresa em que trabalhava solicitou a ela e outras pessoas que mudassem de local. A percepção de Flávia (2021) é que aquele “era um espaço de gente esteticamente considerada bonita e com perfil de civilizados e não negras”. (FLÁVIA, 2021). A servidora pública conta que as pessoas negras não eram convidadas para assumir cargos e lembra das “brincadeiras” e expressões racistas. Para Flávia (2021), tal prática tende a fazer as pessoas negras acreditarem que elas são culpadas pela condição em que se encontram. “Um sentimento de fúria, raiva e desespero começava a surgir em mim, um velho sentimento conhecido por nós negros: exclusão, subalternização, isolamento, tristeza, inferioridade, revolta”. (FLÁVIA, 2021).

Contudo, Flávia fez da sua dor um propósito de vida. “Hoje compreendo que tenho um valor imensurável dentro destas Instituições, possibilitou mudança, sou quente, sou vulcão, às vezes as larvas são lançadas como meio de dizer que não aguento mais.” (FLÁVIA, 2021). Ela foi aprovada em outro concurso público e continuou a sua luta por condições melhores de trabalho e vida para que sua filha não encontre tantas barreiras racistas. Foram dez anos até que Flávia (2021) conseguisse compartilhar sua história de vida. Para ela, esse é um ato de libertação, de “sair do açoite”.

Falar e ser ouvido talvez seja o único marco civilizatório nisso tudo, a minha única crença, não penso que os negros vão dominar o mundo, ou que somos inimigos, temos pontos de partidas diferentes como existência humana, por condição de classe, gênero e raça, isso sim precisa ser compreendido para uma possibilidade de construção coletiva e antirracista. (FLÁVIA, 2021).

Os aspectos destacados nos testemunhos analisados nos ajudam a compreender um pouco melhor a atuação do *Nós, mulheres da periferia* e sua postura de resistência no que diz respeito à condição de subalternidade imposta à mulher preta e periférica.

Considerações Finais

Este estudo exploratório buscou identificar aspectos da atuação do *Nós, mulheres da periferia* que indicam o perfil ativista do coletivo em se contrapor à representação social e midiática da mulher preta e periférica como subalterna. Com isso, este artigo, de certa forma, propôs uma reflexão sobre possíveis aproximações entre o jornalismo, a lógica decolonial e o ativismo político e social.

Consideramos que o coletivo, ao tentar se aproximar e inspirar-se em uma comunicação decolonial, prioriza a busca da humanização das mulheres pretas e periféricas de São Paulo. Estimula e abre espaço para que elas possam contar as suas histórias. Mais ainda: para que sejam sujeitos de suas narrativas. Assim, o *Nós* tende a evitar a objetificação das autoras dos testemunhos característica do jornalismo de bases positivista. Dessa forma, o coletivo nos parece tanto um meio de visibilidade social e midiática para este grupo quanto, por assim dizer, uma escuta aberta dos testemunhos das autoras.

Ao optar por dar visibilidade aos testemunhos, o coletivo enfatiza a subjetividade e o modo de dizer de suas autoras. Os elementos que compõem os relatos são selecionados por elas e não por terceiros ou pelo próprio *Nós*. Assim, a memória não só ajuda a organizar e reconstruir o passado das autoras como, também, dotá-lo de sentido. Além disso, a memória evocada pelos testemunhos torna-se um quadro de referência para que elas interpretem o atual momento sociocultural no qual estão inseridas.

A perspectiva comunicacional do *Nós* contribui, ao seu modo, para a identificação e o enfrentamento, por meio da palavra, dos resquícios das colonialidades do poder, saber e ser. Ao chamar a atenção para a condição de subalternidade das mulheres pretas, o coletivo denuncia e contribui para desnaturalizar esse *status quo*, aproximando-se da perspectiva decolonial do feminismo. Os testemunhos postados pelo coletivo evidenciam o fato de “raça” e gênero serem relevantes para a apreensão da condição social da mulher não branca. Trechos do relato de Flávia (2021) apontam que a mulher preta, quando se trata de cargos de chefia, é a “última da fila”. Géssica (2016) lembra que mulheres não brancas estão destinadas ao trabalho doméstico. Apesar de ressaltar a condição da mulher preta, os relatos também se referem à condição da população negra. Ou seja, como preconiza o feminismo decolonial, o coletivo extrapola a questão feminista, ampliando a crítica ao perfil eurocêntrico da sociedade brasileira.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARBOSA, M. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 6, n. 16, p. 11-27, jul. 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

LAGE, L. O acontecimento é o passado da notícia? *In*: LEAL, B. S., ANTUNES, E. & VAZ, P. B. (orgs.). **Pra entender o jornalismo**. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2014.

LAGO, Cláudia; GONÇALVES, Gean Oliveira; KAZAN, Evelyn Medeiros. Jornalismo na lógica descolonial: caso do Nós, Mulheres da Periferia. 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia (GO). 2019.

LIMA, Lívia. “Quando me tornei negra”. Texto publicado no coletivo Nós, mulheres da periferia. [S.I.]. 2014. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes/quando-me-tornei-negra-por-livia-lima/>. Acesso em 22/12/2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MANIFESTO. Nós, mulheres da periferia. *In*: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>. Acesso em 22/12/2022.

MAROCCO, B. Os “livros de repórteres”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. *Contracampo*, 2011, nº 22, pp. 116-129.

MARTINS, Elaide. **Ativismo e resistência em tempos de pandemia: as narrativas de coletivos jornalísticos sobre a Amazônia brasileira**. *In*: SARDINHA, Antonio Carlos; LIMA, Verônica Maria Alves; LARA, Eloina Castro; BELMONTE, Valeria (Orgs.). *Decolonialidade, comunicação e cultura*. Macapá: UNIFAP, 2022.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, *In*: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>. Acesso em 22/12/2022.

PIERRON, Jean-Philippe. **Testemunho e linguagem. Transmissão: uma filosofia do testemunho**. São Paulo: Loyola, 2010. p. 33-57.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. LANDER, Edgardo (org). CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Buenos Aires. 2000.

RIBEIRO, Flávia. **Racismo institucional: trajetória de uma trabalhadora negra**. Texto publicado no coletivo Nós, mulheres da periferia. [S.I.]. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CNRUEJ>.

VEIGA DA SILVA, Márcia; MAROCCO, Beatriz. **O feminino no “livro de repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas**. Compós, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2017/trabalhos/o-feminino-no-livro-de-reporter-uma-mirada-epistemologica-de-genero-sobre-as-pra?lang=pt-br>. Acesso em 22/12/2022.

VEIGA DA SILVA, Márcia, MORAES, Fabiana. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora.** XXVIII Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em 22/12/2022.

VILLANUEVA, E. T. Des-occidentalizar la Comunicación. *In*: PAULINO, F. O *et al.* (Orgs.). **Tradiciones de Investigación en Diálogo** – Estudios sobre Comunicación en América Latina y Europa. Ramada, Portugal: Media XXI - Publicación, investigación y consultoría. 2020. p. 265-281. https://www.alaic.org/site/wp-content/uploads/2021/02/Tradiciones-de-Investigacion-en-Dialogo_final.pdf. Acesso em 22/12/2022.

VILLANUEVA, E. T. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista ALAIC**, v. 15, n. 28, p. 72-81, 2018. <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1150/548>. Acesso em 22/12/2022.